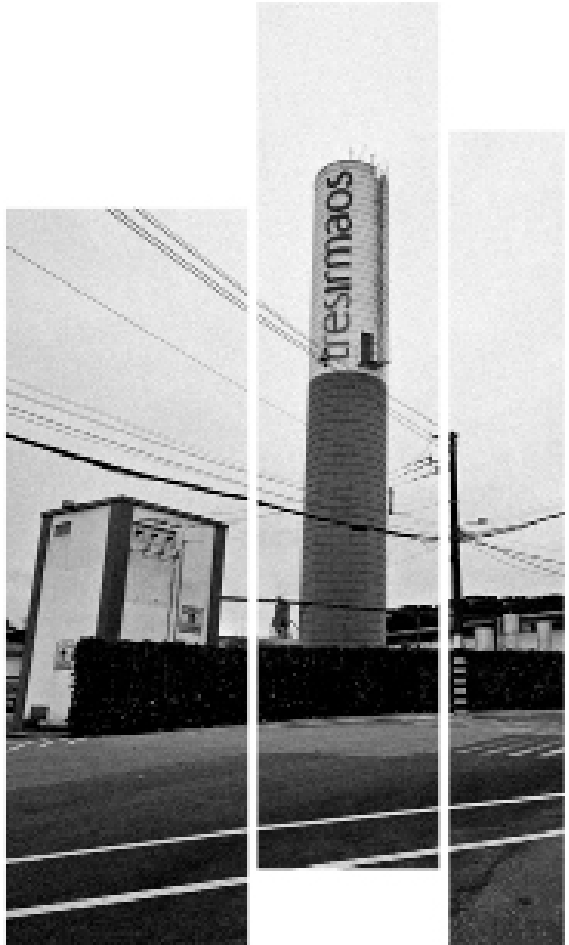
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 16 de outubro de 2025.

Sumário

01. **Introdução** pg 05

02. **Cronograma Processual** pg 05
- Eventos nos autos após o último RMA pg 07

03. **Operação** pg 09
- Atividade Empresarial pg 09
- Estrutura Societária pg 10

04. **Funcionários** pg 11
- Evolução mensal de funcionários pg 11
- Estrutura das Despesas de Pessoal (Agosto) pg 12
- Impacto financeiro do ajuste no quadro pg 13
- Viés administrativo pg 13
- Viés financeiro pg 13

05. **Estoque** pg 14
- Evolução e composição do estoque pg 14
- Composição do saldo em agosto/2025 pg 14
- Análise administrativa pg 15
- Análise financeira pg 15
- Análise Logística pg 15

06. **Produção** pg 16
- Detalhamento dos dados de produção pg 16
- Variação e tendência pg 18
- Análise econômica pg 18
- Análise financeira pg 19
- Síntese e recomendação estratégica pg 19

07. **Faturamento** pg 20
- Faturamento Mensal Detalhado pg 20
- Total acumulado até agosto/2025 pg 21
- Análise Econômica pg 21
- Análise Financeira pg 22
- Considerações pg 22

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 23

Estrutura dos ativos (R$) – 31/08/2025 ..... pg 23
Composição do Ativo Circulante ..... pg 23
Composição do Ativo Não Circulante pg 23
Análise financeira ..... pg 25
Análise econômica estratégica ..... pg 25
Síntese e recomendações ..... pg 26

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 27

Estrutura dos Passivos e Patrimônio Líquido (Agosto de 2025) ..... pg 27
Detalhamento do Passivo Circulante pg 27
Passivo Não Circulante ..... pg 29
Patrimônio Líquido ..... pg 30
Análise Financeira ..... pg 31
Análise Econômica ..... pg 31
Resumo ..... pg 32

11. Análise Geral do DRE pg 33

Análise financeira detalhada ..... pg 33
Diagnóstico econômico ..... pg 33
Conclusão ..... pg 34

12. Passivo Tributário pg 35

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Estado de Santa Catarina) ..... pg 35
Parcelamento 241100396429 ..... pg 35
Parcelamento 251100182400 ..... pg 36
Situação Operacional ..... pg 37
Implicações Financeiras ..... pg 37
Recomendação Estratégica ..... pg 37
Detalhamento dos principais passivos tributários ..... pg 38
Quadro Resumo ..... pg 39
Diagnóstico operacional ..... pg 39
Implicações e riscos ..... pg 40

Sumário

13. Passivo Extraconcursal pg 41

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais pg 41

Fontes principais (Agosto de 2025) pg 41

Valores principais pg 41

Diagnóstico operacional e financeiro pg 42

Pontos críticos pg 42

Implicações estratégicas pg 42

Resumo pg 43

14. Débitos Fiscais pg 44

Resumo executivo (onde a empresa está hoje) pg 44

11. Receita Federal (RFB) - SIEF e Processos pg 46

Pendência – Processo Fiscal (SIEF) pg 46

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF) pg 46

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa) pg 47

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pg 47

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa pg 47

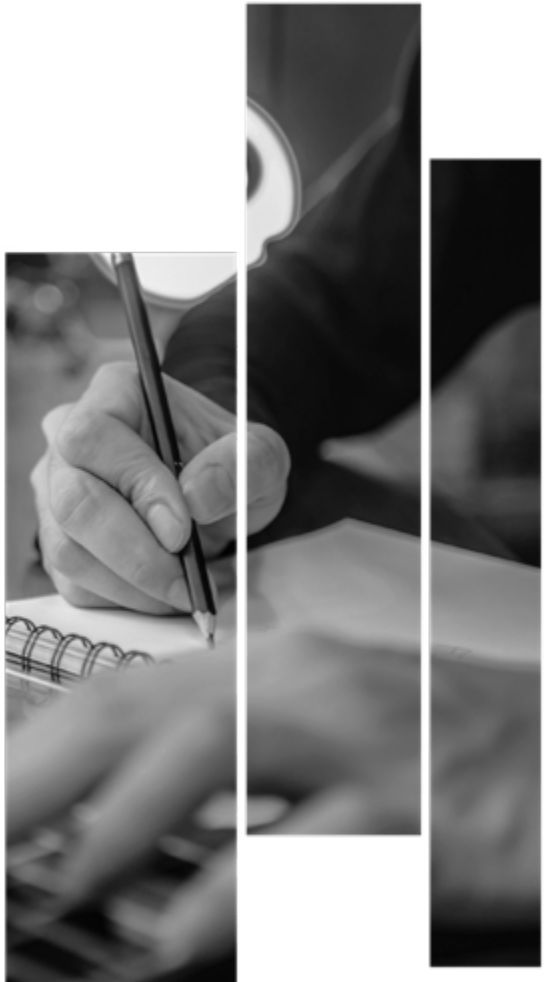
Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025 pg 48

Certidão fiscal — Leitura e Implicações Práticas pg 48

Conclusão pg 48

15. Considerações Finais pg 49

01 Introdução



Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de agosto de 2025.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, além da **recente visita técnica ocorrida no dia 06/10/2025 nas dependências matriz da empresa,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 272
28/04/2025
Publicação edital de convocação de assembleia geral de credores (art. art. 36)

Evento 292
20/05/2025
Fim do prazo do edital de convocação da AGC

Evento 307
Assembleia Geral de Credores (art. 56)
1ª Convocação: 29/07/2025
2ª Convoção: 05/08/2025
Mais informações da AGC no site da AJ

Evento 387
22/09/2025
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025
Votação do PRJ concluída (rejeição na classe II)

EVENTOS NOS AUTOS APÓS O ÚLTIMO RMA

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
16/09/2025	385	**José Ernesto Froehner**	Pedido de reconhecimento de sub-rogação de José Ernesto Froehner nos direitos do Banco do Brasil S.A. sobre o crédito da classe II (garantia real) e retificação da relação de credores	Evento 388 - Anuência ao pedido	Evento 387 - Indeferimento do pedido	Evento 414 - Pedido de renovação de prazo	Evento 397 - Determinada a intimação do Banco do Brasil S.A. para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias	✗ Não - Recuperanda manifestou-se no evento 407 e Banco do Brasil no evento 408	✓
17/09/2025	386	**Embrasp Comércio e Serviços de Segurança Ltda.**	Pedido de habilitação nos autos e inclusão na lista de credores habilitados para AGC	–	Evento 387 - Indeferimento do pedido	Evento 414 - Pedido de renovação de prazo	Sem decisão judicial sobre o pedido	✓ Sim - Pendente de decisão sobre o pedido do credor	✓
22/09/2025	387	**Administração Judicial**	Juntada da ata da AGC, laudos, informação sobre o prazo para apresentação de plano alternativo (art. 56, § 4º e 5º da LREF) deliberado em assembleia e manifestação sobre a suposta sub-rogação	–	–	–	Evento 397 - Determinada a intimação do Banco do Brasil S.A. para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias	✓ Sim - Pendente de decisão sobre o pedido de reconhecimento de sub-rogação	✓

EVENTOS NOS AUTOS APÓS O ÚLTIMO RMA

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
22/09/2025	388	**Recuperanda**	Manifestação sobre o abuso de direito de voto do Banco do Brasil e pedido subsidiário para aplicação do *cram down*	–	Evento 416 - Anuência do reconhecimento da abusividade do voto exercido na classe com garantia real e aplicação do cram down	–	Evento 397 - Determinada a intimação do Banco do Brasil S.A. para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias	✓ Sim - Pendente de deliberação judicial	✓
06/10/2025	407	**Recuperanda**	Manifestação sobre o pedido do Banco Luso Brasileiro	–	–	–	–	✓ Sim - Pendente de deliberação judicial	✓
06/10/2025	408	**Banco do Brasil**	Manifestação do banco credor sobre a sub-rogação, abuso do direito de voto e *cram down*	Evento 412 - Indeferimento do pedido	Evento 416 - Não acolhimento da manifestação do Banco do Brasil e anuência ao reconhecimento da abusividade do voto na classe II (quirografário)	–	–	✓ Sim - Pendente de deliberação judicial	✓

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

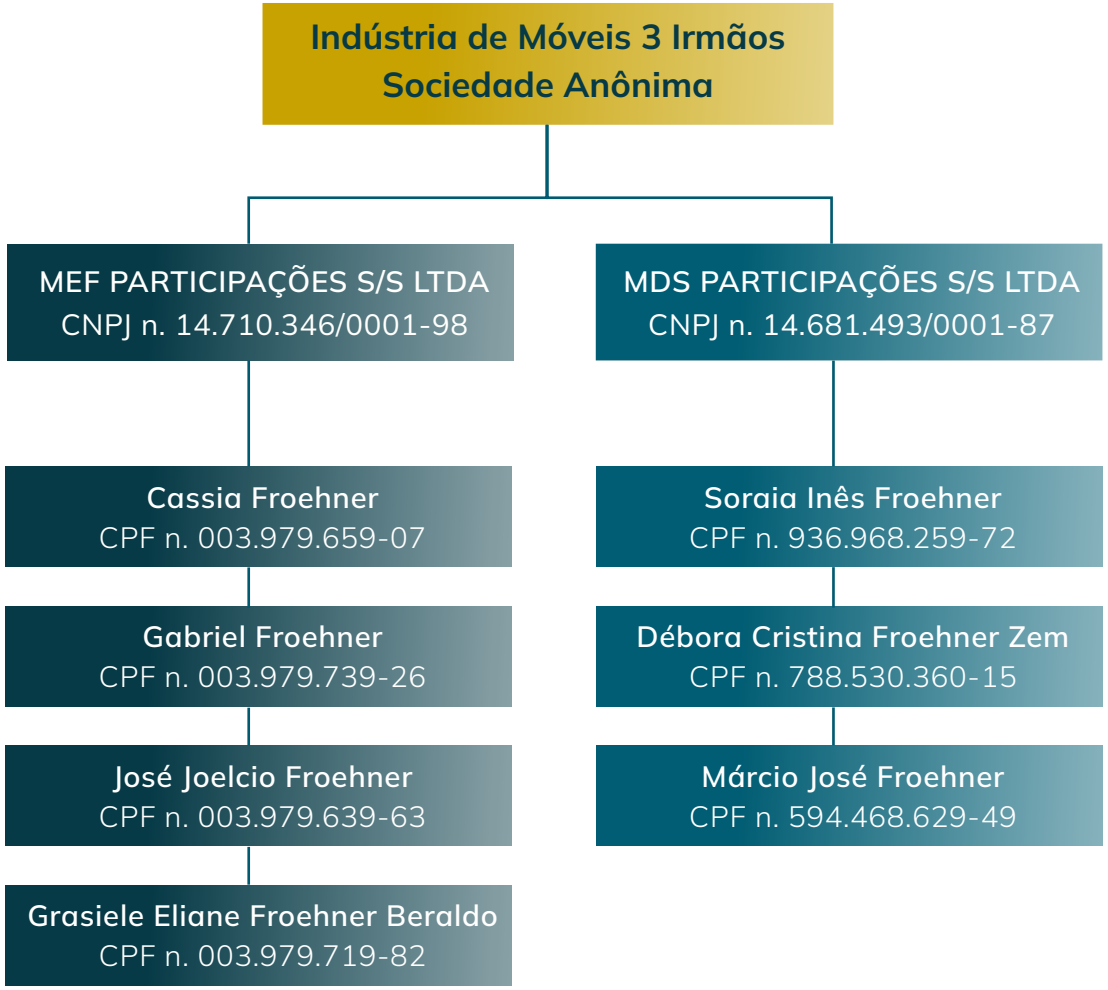
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



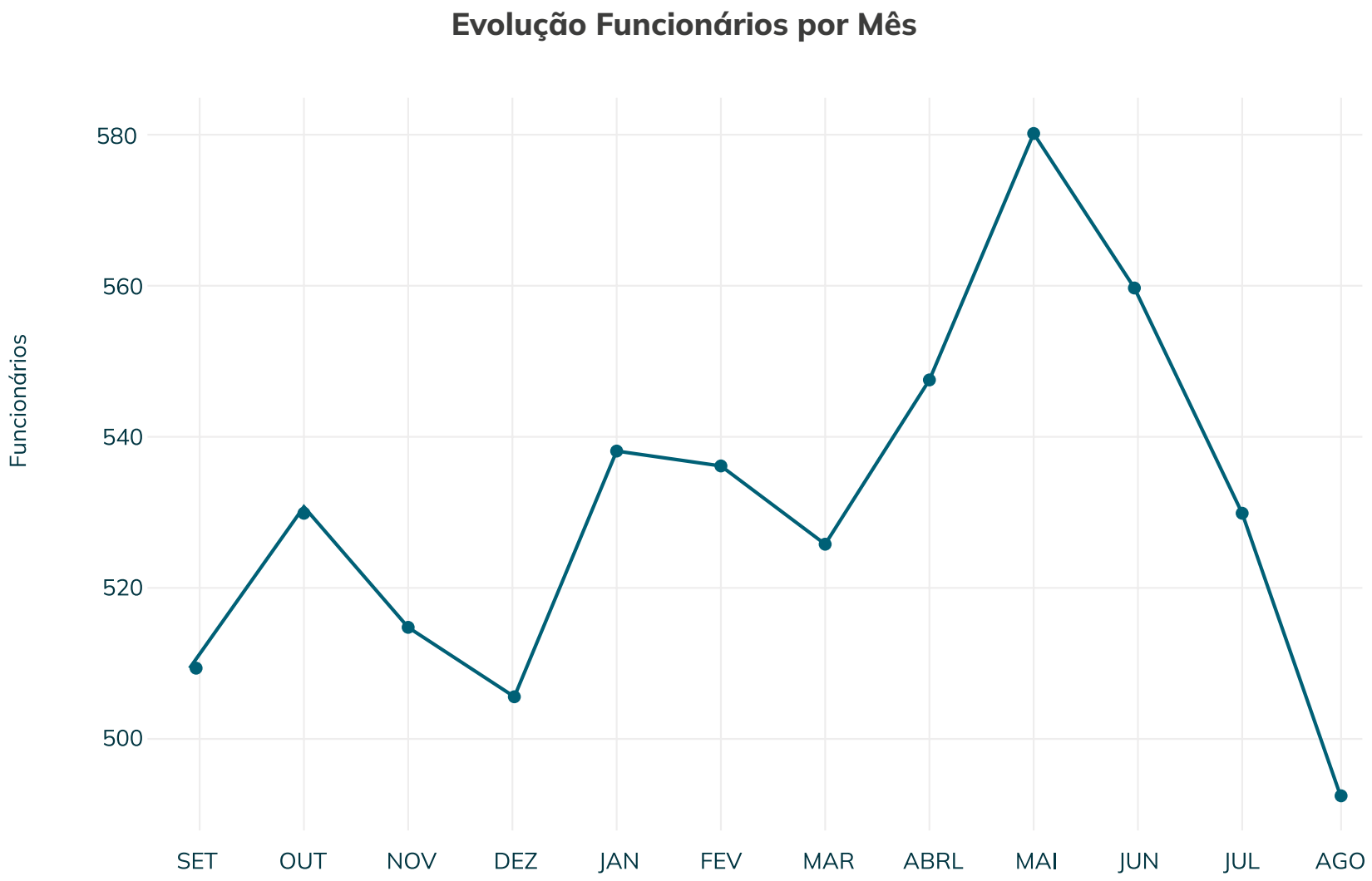
04 Funcionários

Em análise aos documentos e relatórios, a Três Irmãos teve variações significativas no quadro de funcionários ao longo do último ano, acompanhada por impacto direto e mensurável nas despesas com folha e encargos sociais. O pico foi em maio, com 580 funcionários, e a menor marca em agosto, com 491— a redução de 89 colaboradores nesse intervalo se refletiu em significativa economia salarial, além dos ganhos indiretos em encargos e benefícios.

Evolução mensal de funcionários

MÊS/ANO	TOTAL
Setembro de 2024	511
Outubro de 2024	531
Novembro de 2024	516
Dezembro de 2024	507
Janeiro de 2025	539
Fevereiro de 2025	537
Março de 2025	527
Abril de 2025	548
Maio de 2025	580
Junho de 2025	559
Julho de 2025	531
Agosto de 2025	**491**

O gráfico abaixo demonstra a variação citada:



Funcionários

Impacto Financeiro do Ajuste no Quadro	• A redução de 89 funcionários entre maio e agosto gerou economia salarial direta estimada em quase R$ 891 mil mensais, sem contar encargos e benefícios. • Esse corte tende a proporcionar queda proporcional nos valores de INSS, FGTS, provisões de férias e 13º salário, afetando várias camadas de despesas operacionais e de provisões, além de reduzir risco de passivos trabalhistas futuros. • Indenizações concentradas em agosto (R$ 364 mil) apontam rescisões e desligamentos compatíveis com o volume do corte, reforçando o caráter de ajuste administrativo imediato.
Viés Administrativo	• Os aumentos de quadro (setembro de 2024 a maio de 2025) sinalizam políticas de expansão para crescimento produtivo e renovação do time operacional, alinhados a perspectivas positivas para faturamento e demanda. • O corte forte no trimestre seguinte (junho a agosto de 2025) indica resposta direta a dificuldades financeiras e andamento da recuperação judicial, com reavaliação estrutural dos setores de produção, apoio e administração.
Viés Financeiro	• Com folha, encargos e benefícios representando entre 20% e 30% do total de custos operacionais, o ajuste no número de funcionários tornou-se mecanismo crucial de contenção e racionalização de gastos, maximizando o impacto positivo no fluxo de caixa e diminuindo provisões de passivos já antecipados em balancetes. • O volume de provisão para férias e 13º, além das rescisões, reforça o cuidado em manter a empresa adimplente com obrigações legais e sociais durante o processo de reestruturação.

05

Estoque

A variação do estoque da Três Irmãos no período agosto/2024 a agosto/2025 foi pequena, com leve redução nominal e composição estável entre insumos, produtos acabados e materiais de uso e consumo. Administrativamente, o dado mostra eficiência no controle de produção e adesão às metas de giro de estoque no período de 01 ano. Financeiramente, reduz pressões sobre capital de giro, custos de armazenagem e risco contábil de obsolescência.

Evolução e Composição do Estoque

DATA	SALDO ESTOQUES	VARIAÇÃO (R$)	VARIAÇÃO (%)
Agosto de 2024	19.303.939,34	-	-
Agosto de 2025	19.081.497,48	-222.441,86	-1,15%

Composição do Saldo em Agosto de 2025

- Produtos acabados: 66%;
- Insumos: 22,5%;
- Uso e consumo: 11%.

Análise Aministrativa	• A baixa variação no saldo do estoque ao longo de um ano indica assertividade no planejamento de compras, processamento e expedição, evitando excessos que travariam recursos ou escassez que comprometeria a operação. • O elevado percentual de produtos acabados demonstra postura de prontidão para atender vendas, especialmente em mercados externos, com robustez na disponibilidade de itens. • O estoque de insumos representa racionalidade na manutenção dos níveis para suportar a produção, minimizando perdas por vencimento ou deterioração.
Análise Financeira	• O estoque representa cerca de 21% dos ativos circulantes, auxiliando no equilíbrio do capital de giro sem comprometer liquidez. A leve queda no saldo diminui custos financeiros de armazenagem e facilita a conversão do ativo em caixa. • A predominância dos produtos acabados, prontos para venda, reduz riscos de variação cambial e custos de manutenção frente à exposição internacional da empresa. • O controle e redução do saldo evitam provisão excessiva para obsolescência e potencial baixa contábil no fechamento do exercício, preservando resultado operacional e evitando ajustes negativos no patrimônio líquido.
Análise Logística	• A estrutura de itens demonstra lógica diversificada: produtos prontos para expedição (66%) facilitam resposta rápida aos clientes, otimizando espaço e recursos logísticos. • O índice limitado de insumos (22,5%) sugere giro eficiente e menor acúmulo de materiais, refletindo bom alinhamento entre suprimentos, programação de produção e armazenamento. • Baixa representatividade de uso/consumo e transferências/provisão ressalta resultados na separação de materiais estratégicos dos acessórios e reforça o fortalecimento de “gargalos” internos e desperdícios logísticos.

As análises mostram controle rigoroso e estratégico do estoque, com impacto direto na eficiência produtiva, política de vendas e na saúde financeira no contexto do plano de recuperação judicial

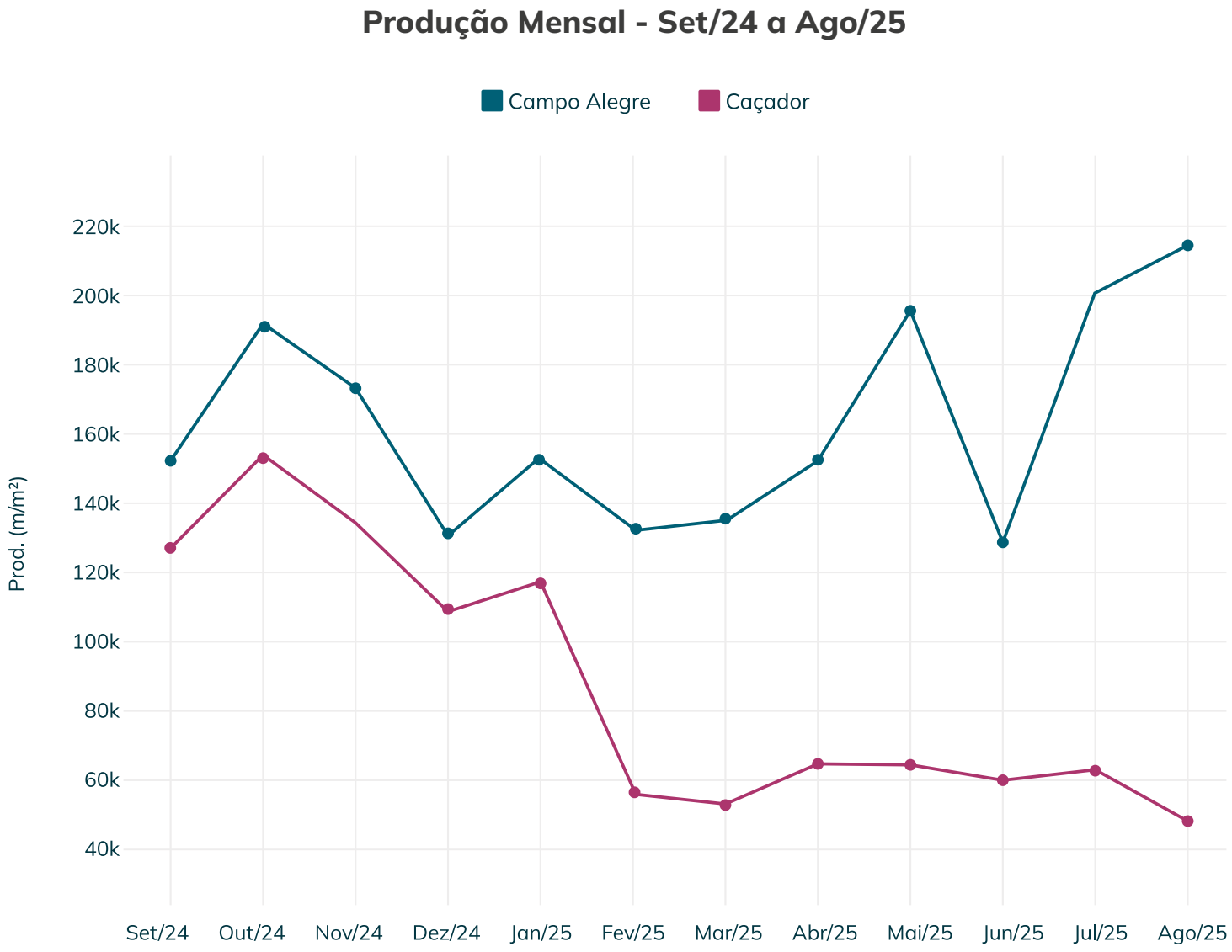
06 Produção

A análise minuciosa da produção mensal das unidades de Campo Alegre/SC e Caçador/SC entre setembro de 2024 e agosto de 2025, baseada nos relatórios analisados, fora identificada diferenças claras na dinâmica operacional, distribuição dos recursos produtivos e impactos econômicos e financeiros sobre ambas as unidades.

Produção Mensal 2025

MÊS/ANO	CAMPO ALEGRE (M/LINHA)	CAÇADOR (M/LINHA)
Setembro de 2024	151.225	127.938
Outubro de 2024	192.895	153.521
Novembro de 2024	172.080	135.015
Dezembro de 2024	134.764	108.737
Janeiro de 2025	153.904	117.627
Fevereiro de 2025	133.150	57.028
Março de 2025	135.125	53.549
Abril de 2025	153.264	66.951
Maio de 2025	196.646	65.592
Junho de 2025	127.980	61.050
Julho de 2025	200.365	63.115
Agosto de 2025	214.254	47.280

O gráfico abaixo demonstra a variação citada:



Variação e Tendência	• Campo Alegre/SC variou em produção entre 127.980 m (pior mês, junho/25) e 214.254 m (melhor mês, agosto/25), representando flutuação mensal de até 67%. • Caçador/SC apresentou sua maior produção no início da série (153.521 m em outubro/24) e seu menor valor no fim do período (47.280 m em agosto/25), queda de cerca de 69% em relação ao pico, mostrando declínio constante de participação.

Análise Econômica

Campo Alegre/SC	• Após a transferência da máquina de calibração para esta unidade, Campo Alegre tornou-se responsável pela maior parte do output com menor custo marginal. • O aumento da produção gerou uma melhor diluição de custos fixos, aproveitamento integral das linhas e margem operacional superior, pois as receitas crescentes superam os crescentes custos variáveis em períodos de expansão. • Os meses de maio, julho e agosto tiveram saltos expressivos resultando em picos de eficiência, com potencial de absorção de demanda de mercado, maior geração de caixa e melhor payback para investimentos industriais.
Caçador/SC	• Caiu de 153.521 m para 47.280 m, principalmente após a perda da máquina de calibração. • A queda forçou subutilização da estrutura, elevou custo por unidade produzida e aumentou pressão sobre resultados financeiros da filial, exigindo ajustes rápidos (demissões, eventual reconfiguração operacional). • O baixo aproveitamento e possível manutenção de custos fixos elevam a necessidade de revisão estratégica, inclusive reavaliação de investimentos ou de mix de produção da unidade.

Análise Financeira	• Diluição dos custos fixos: Campo Alegre/SC, com maiores volumes, dilui despesas como energia, pessoal administrativo, supervisão e manutenção, permitindo menor custo unitário. • Custos variáveis: Crescentes em ambos, mas como a receita de Campo Alegre/SC cresce muito mais rápido, suas margens melhoram. Já Caçador amplia o impacto dos custos fixos e reduz o lucro operacional. • Receita e geração de caixa: A expansão do output em Campo Alegre/SC permite maior capacidade de geração de caixa e facilidade para honrar obrigações financeiras, pagar fornecedores e reinvestir; em Caçador/SC, a tendência oposta impõe risco financeiro crescente e menor sustentabilidade de longo prazo. • Retorno sobre o investimento (ROI): O redesenho produtivo aprimorou o ROI para Campo Alegre, enquanto o ROI de Caçador despenca caso não sejam feitos ajustes ou recuperação de volumes.
Síntese e Recomendação Estratégica	**A evolução mostra um quadro de migração do polo produtivo para Campo Alegre, com enorme ganho de escala e resultado financeiro, ao custo de forte retração da planta de Caçador. Para evitar desperdícios e riscos à competitividade, recomenda-se:** • Readequação imediata da estrutura e custos de Caçador (possivelmente transformando-a em unidade complementar, alternativa ou de menor porte). • Maior esforço em vendas e programação de produção na matriz para aproveitar plenamente seus ganhos de eficiência e manter margens financeiras saudáveis. • Monitoramento constante da produtividade e custos por unidade nas duas localidades.

O diagnóstico detalha, de forma minuciosa, a realocação de potencial produtivo e as consequências econômicas e financeiras deste movimento, indicando o caminho para ajustes táticos e estratégicos fundamentais para preservação da saúde do grupo em ambiente competitivo.

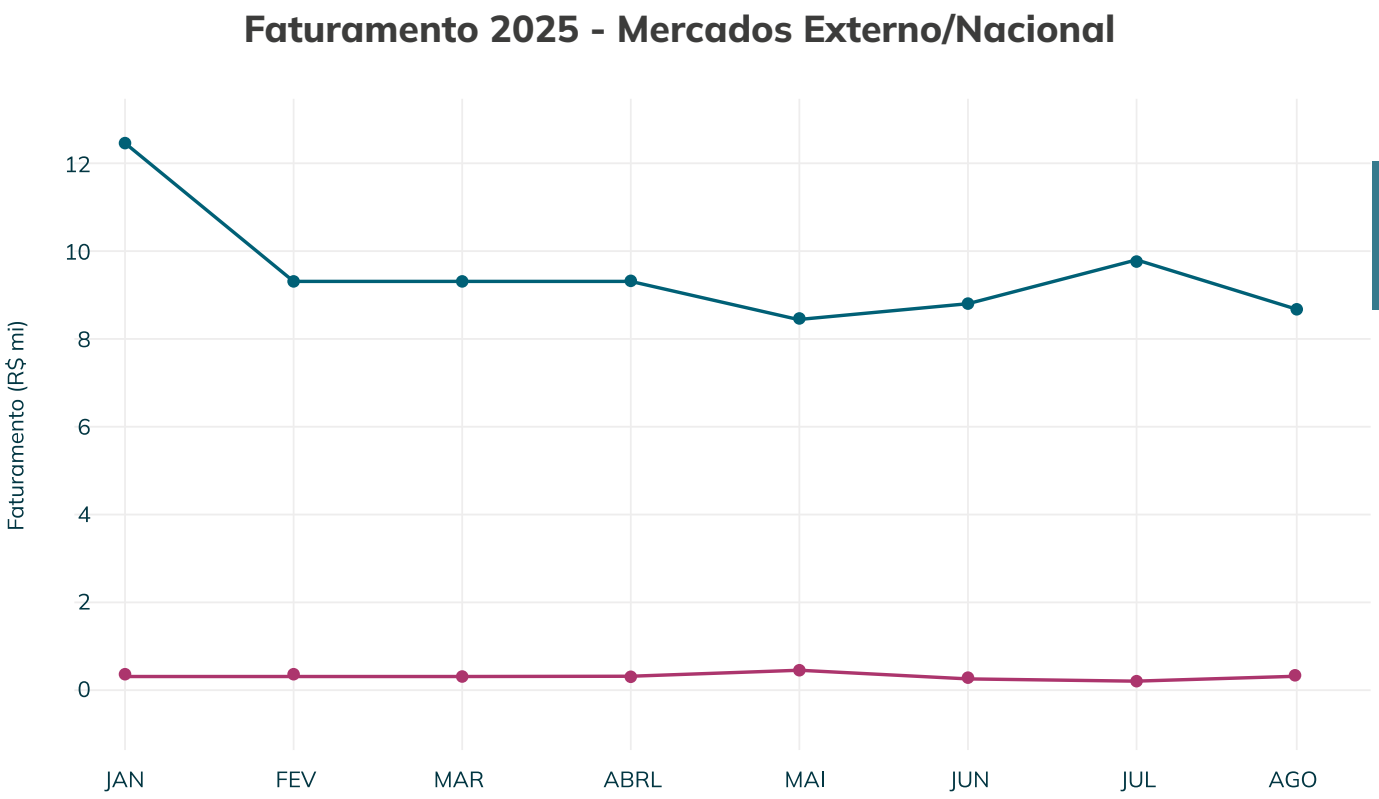
07 Faturamento

A análise do faturamento da Indústria de Móveis 3 Irmãos ao longo de 2025, revela que a receita mensal é majoritariamente proveniente do mercado externo, em especial exportações, e apresenta variações importantes mês a mês, com destaque para os movimentos sazonais e impactos cambiários.

Faturamento Mensal Detalhado

MÊS	MERCADO EXTERNO (R$)	MERCADO EXTERNO (USD)	MERCADO NACIONAL (R$)	FATURAMENTO TOTAL (R$)
Janeiro	R$ 12.785.452,60	**$ 2.136.395,16**	R$ 278.544,18	R$ 13.063.996,78
Fevereiro	R$ 9.348.077,88	**$ 1.622.961,03**	R$ 268.843,66	R$ 9.616.921,54
Março	R$ 9.313.630,07	**$ 1.619.182,65**	R$ 268.854,46	R$ 9.582.484,53
Abril	R$ 9.271.472,73	**$ 1.602.589,40**	R$ 296.032,12	R$ 9.567.504,85
Maio	R$ 8.594.739,60	**$ 1.518.314,90**	R$ 393.139,65	R$ 8.987.879,25
Junho	R$ 8.849.216,67	**$ 1.596.066,25**	R$ 337.331,28	R$ 9.186.547,95
Julho	R$ 9.820.525,53	**$ 1.774.253,15**	R$ 325.666,22	R$ 10.146.191,75
Agosto	**R$ 8.656.361,46**	**$ 1.587,143,75**	**R$ 368.563,32**	**R$ 9.024.924,78**

A seguir gráfico abaixo com a variação citada:



Total Acumulado até Agosto de 2025

- Mercado Externo: R$ 76.639.476,54;
- Mercado Externo (USD): USD 13.456.906,29;
- Mercado Nacional: R$ 2.527.974,89;
- Faturamento Total: R$ 79.167.451,43.

A representatividade do mercado externo é de 96,81% do faturamento total; as vendas nacionais representam apenas 3,19% do total.

Análise Financeira	• O faturamento total aproximado de R$ 10 milhões mensais durante boa parte do ano sustenta a capacidade operacional da empresa, permitindo gestão de caixa adequada para pagamento de fornecedores, folha e serviço de dívidas, inclusive parcela da recuperação judicial. • A predominância de exportação aumenta a exposição ao risco cambial, mas favorece preciosidade das receitas em períodos de valoração do dólar frente ao real. No entanto, flutuações negativas da moeda ou retenção de pedidos podem prejudicar fortemente o resultado financeiro. • Sazonalidades observadas (janeiro a julho) devem ser acompanhadas pela gestão para precificação, negociação de contratos e planejamento da produção, visando minimizar efeitos de retração temporária ou compensar períodos de baixa demanda.

Considerações

A empresa apresenta perfil exportador consolidado, capaz de gerar receitas elevadas, com riscos associados à especialização. Recomenda-se diversificação gradual de clientes e mercados, maior esforço no aumento das vendas internas e gerenciamento cambial ativo.

Impactos logísticos, fiscais e de preços globais devem ser constantemente revisados nos cenários estratégicos e projeções orçamentárias.

Portanto, o faturamento mensal e acumulado da Indústria de Móveis 3 Irmãos evidencia alta performance internacional, sólida capacidade de venda, mas contexto de elevada vulnerabilidade aos fatores externos e necessidade de revisão estratégica para fortalecer o mercado interno e mitigar riscos globais.

08

Visão Geral dos Ativos

A análise financeira e econômica dos ativos da empresa, baseada no balancete de agosto/2025, revela a estrutura patrimonial, liquidez e alocação dos recursos produtivos, detalhando cada componente relevante e sua participação no total do ativo.

Estrutura dos Ativos (R$) – 31/08/2025

Ativo Total:

R$ 89.715.008,11 (100%): **Ativo Circulante:** R$ 49.421.607,20 (55,1%) **Ativo Não Circulante:** R$ 40.293.400,91 (44,9%)

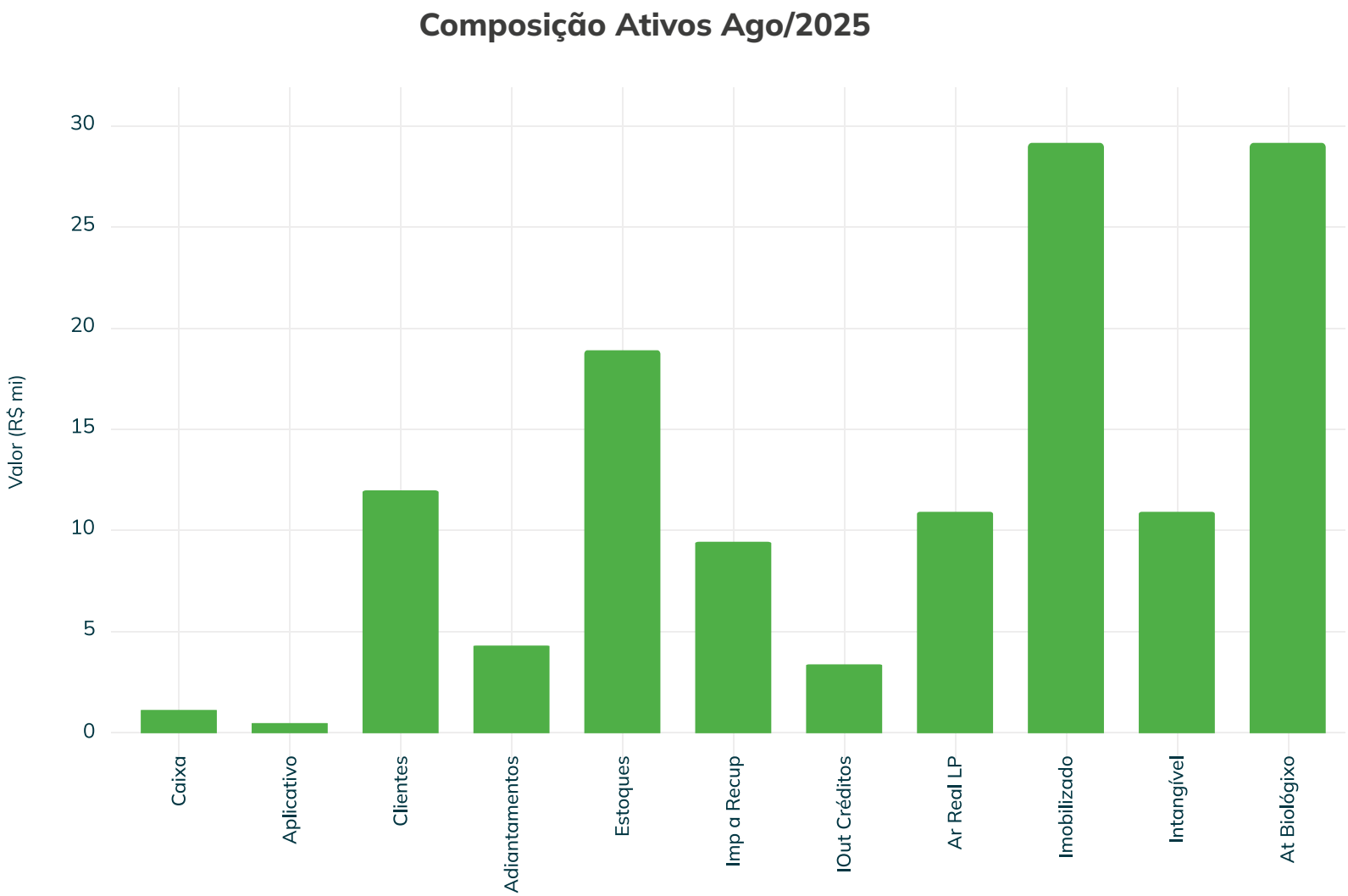
Composição do Ativo Circulante

- Caixa e equivalentes: R$ 674.121,23 (0,75%);
- Aplicações financeiras: R$ 261.833,54 (0,29%);
- Clientes nacionais e estrangeiros: R$ 11.858.268,07 (13,2%);
- Adiantamentos diversos: R$ 4.287.406,00 (4,8%);
- Estoques totais: R$ 19.081.497,48 (21,3%);
- Impostos a recuperar: R$ 9.775.124,20 (10,9%);
- Outros créditos de curto prazo: R$ 3.441.774,07 (3,8%);
- Outros: R$ 303.416,15 (0,3%).

Composição do Ativo Não Circulante

- Realizável a longo prazo: R$ 10.899.691,84 (12,2%);
- Imobilizado (líquido): R$ 28.975.615,04 (32,3%);
- Ativo biológico (reflorestamento): R$ 363.265,74 (0,4%);
- Intangível (marcas, softwares): R$ 54.828,29 (0,06%);
- Demais créditos, depósitos judiciais: R$ 10.899.691,84 (12,2%).

O gráfico abaixo demonstra a composição dos ativos:



Análise Financeira

- O predomínio de ativo circulante (55,1%) é positivo para a liquidez geral: grande parte dos recursos está disponível a curto prazo para pagamentos, reforçando a capacidade de responder a obrigações diárias e desafios do fluxo de caixa.

- Os estoques são o maior grupo do circulante (21,3%). Mostram atenção à produção e reservas para atender volume de vendas/exportação, mas exigem controle de giro para evitar imobilização excessiva e risco de perdas ou obsolescência.

- Os valores a receber de clientes (13,2%) demonstram boa capacidade de vendas a prazo, porém aumentam a exposição a inadimplência nacional e internacional—fundamental observar a qualidade desses créditos e política de cobrança.

- No ativo não circulante, destaca-se o imobilizado líquido (32,3% do total), composto por terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e ativos biológicos, revelando a forte base industrial e elevado grau de capital investido.

- Realizável a longo prazo e depósitos judiciais refletem créditos de difícil conversão (processos, ações tributárias) e indicam recursos parados aguardando desfecho judicial/fiscal.

- O intangível é pouco relevante, mostrando que a inovação ou investimento tecnológico (marcas e softwares) tem peso pequeno frente aos ativos operacionais tangíveis.

Análise Econômica Estratégica

- A estrutura é típica de industriais exportadores de bens duráveis: alta imobilização em ativos produtivos, necessidade constante de financiamentos de giro, política rigorosa para administração de estoques, clientes e créditos fiscais.

- Alta participação de estoques e imobilizado é coerente com empresas que mantêm grandes volumes de produção, estoques para exportação e necessidade de manter máquinas e linhas sempre atualizadas e em funcionamento pleno—mas isso pode gerar déficits de liquidez em cenários de retração de vendas ou demora no recebimento de clientes.

- O valor do ativo biológico sugere estratégia própria de suprimento madeireiro, mitigando riscos de oscilações de preço da matéria-prima e favorecendo práticas sustentáveis ao longo do tempo.

Síntese e Recomendações

- A empresa equilibra liquidez e alocação de recursos em ativos de alta utilidade operativa.

- O perfil requer monitoramento intenso dos estoques e recebíveis, rotina avançada de gestão de caixa e periodicidade elevada para revisão da política de investimento, focando rentabilização do grande volume imobilizado.

- A dependência de créditos tributários e processos judiciais evidencia relevante capital parado que pode ser destravado para melhorar a liquidez.

- Em resumo, a estrutura de ativos reflete maturidade industrial, mas exige foco constante na qualidade dos recebíveis, no giro de estoques e na avaliação de investimentos materiais para suportar crescimento, solvência e resiliência em ambientes desafiadores.

09

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

A análise financeira e econômica, com base no balancete de agosto de 2025, mostra um quadro minucioso do passivo e do patrimônio líquido da empresa. A composição demonstra o peso elevado das dívidas de curto e longo prazo, passivos tributários parcelados, financiamentos e o estágio do capital próprio, desenhando o verdadeiro perfil de risco e sustentabilidade do negócio.

Estrutura dos Passivos e Patrimônio Líquido (Agosto de 2025)

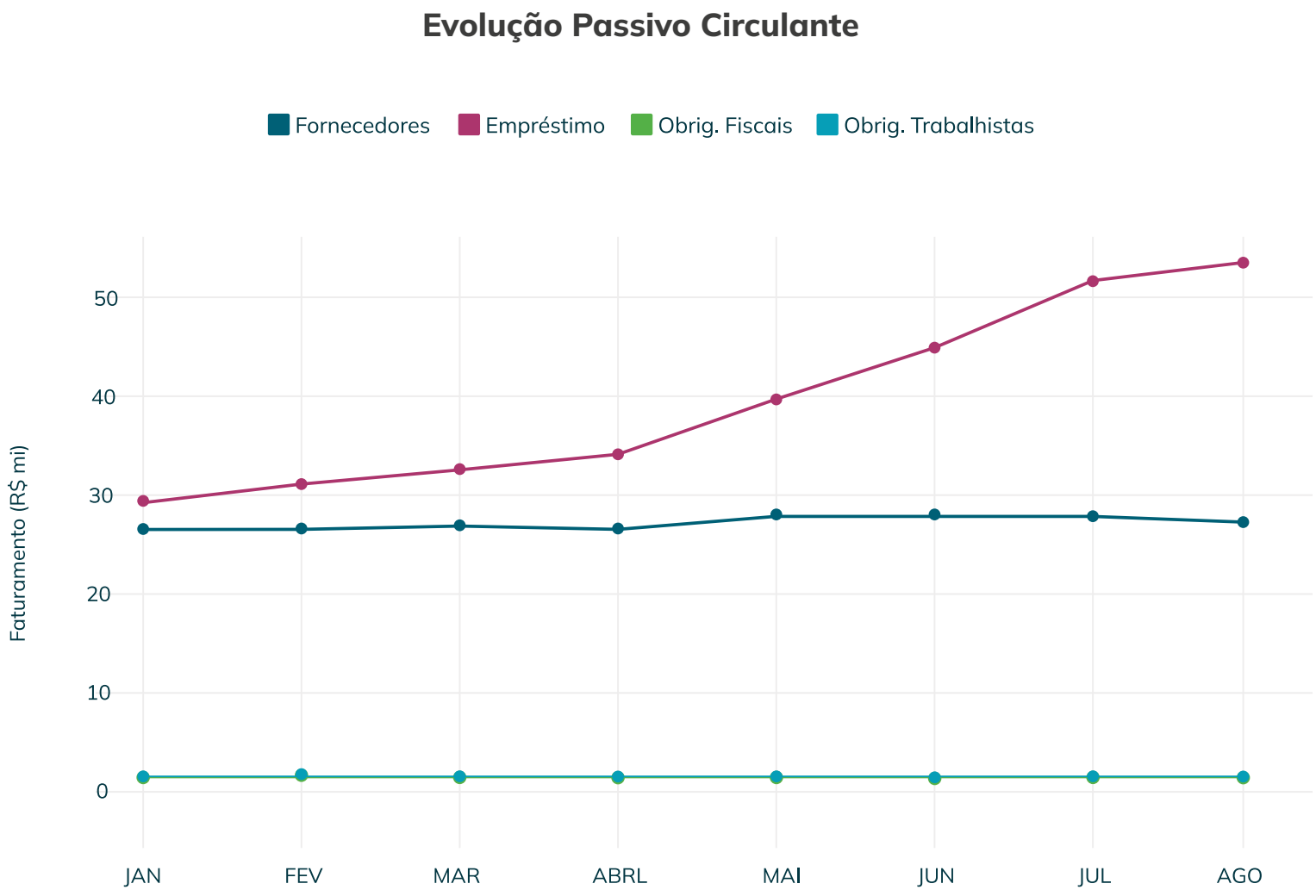
CONTA	VALOR(R$)(M²)	% DO PASSIVO
Passivo Circulante	R$ 62.222.956,40	69,30%
Passivo Não Circulante	R$ 13.375.533,93	14,90%
Patrimônio Líquido	R$ 14.405.756,15	16,10%
Passivo Total	R$ 89.715.008,11	100%

Detalhamento do Passivo Circulante

- Fornecedores: R$ 28.433.800,91 (31,7%);
- Obrigações sociais/trabalhistas: R$ 1.341.808,71 (1,5%);
- Obrigações tributárias correntes: R$ 1.075.235,03 (1,2%);
- Empréstimos e financiamentos: R$ 52.341.695,78 (58,4%);
- Passivos referentes a mútuos: R$ 1.970.391,00 (2,2%);
- Duplicatas descontadas: R$ 4.099.645,20 (4,6%);
- Impostos parcelados: R$ 5.060.823,51 (5,6%);
- Adiantamento de clientes: R$ 449.712,06 (0,5%);

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

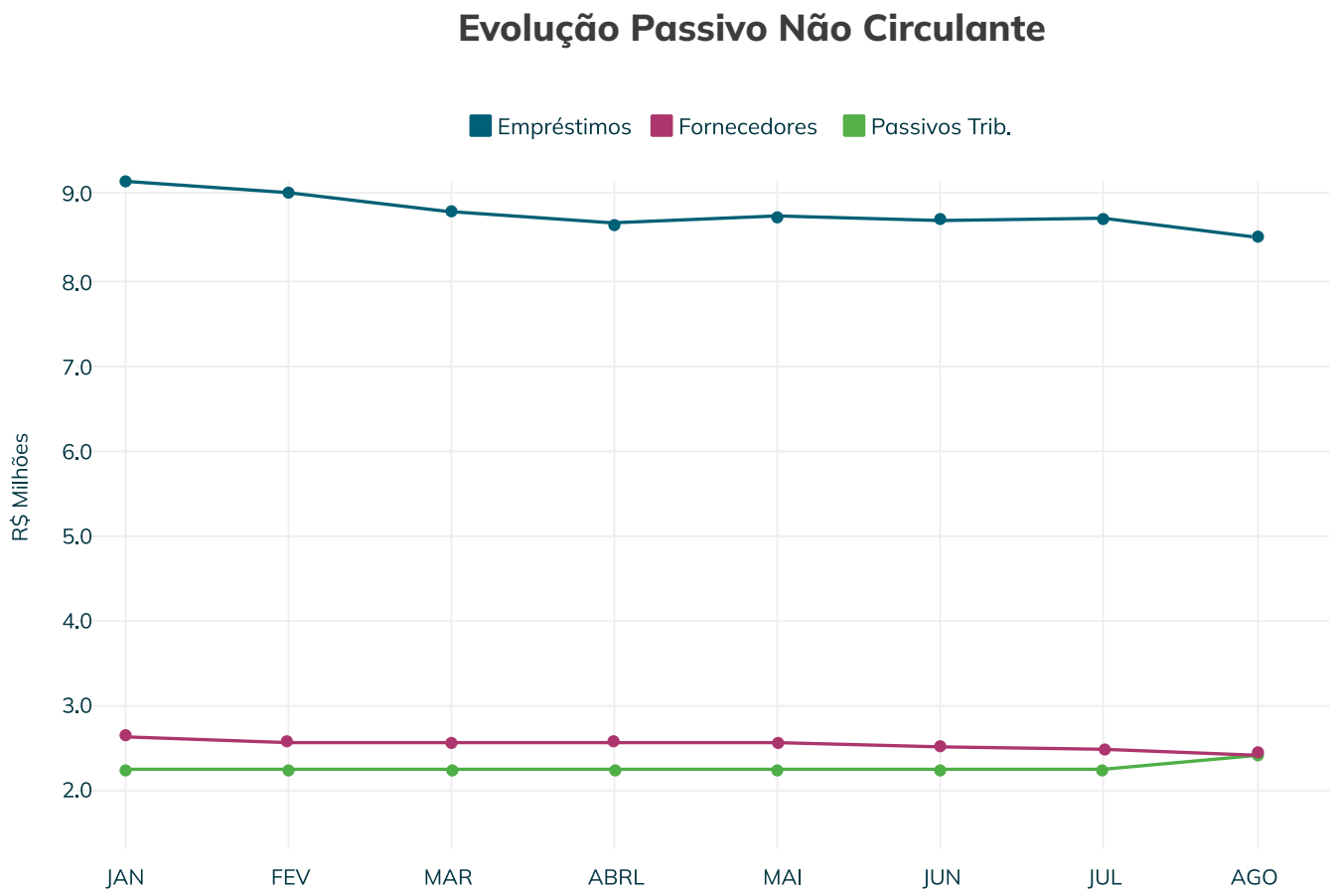
O gráfico abaixo demonstra a variação do passivo circulante:



Passivo Não Circulante

Empréstimos, mútuos, impostos parcelados e fornecedores de longo prazo: somam a maior parte (R$ 13,37 milhões), evidenciando volume expressivo de obrigações a serem liquidadas em mais de 12 meses, sinalizando que parte da dívida foi renegociada ou parcelada em contextos de reestruturação.

O gráfico abaixo demonstra a variação do passivo não circulante:

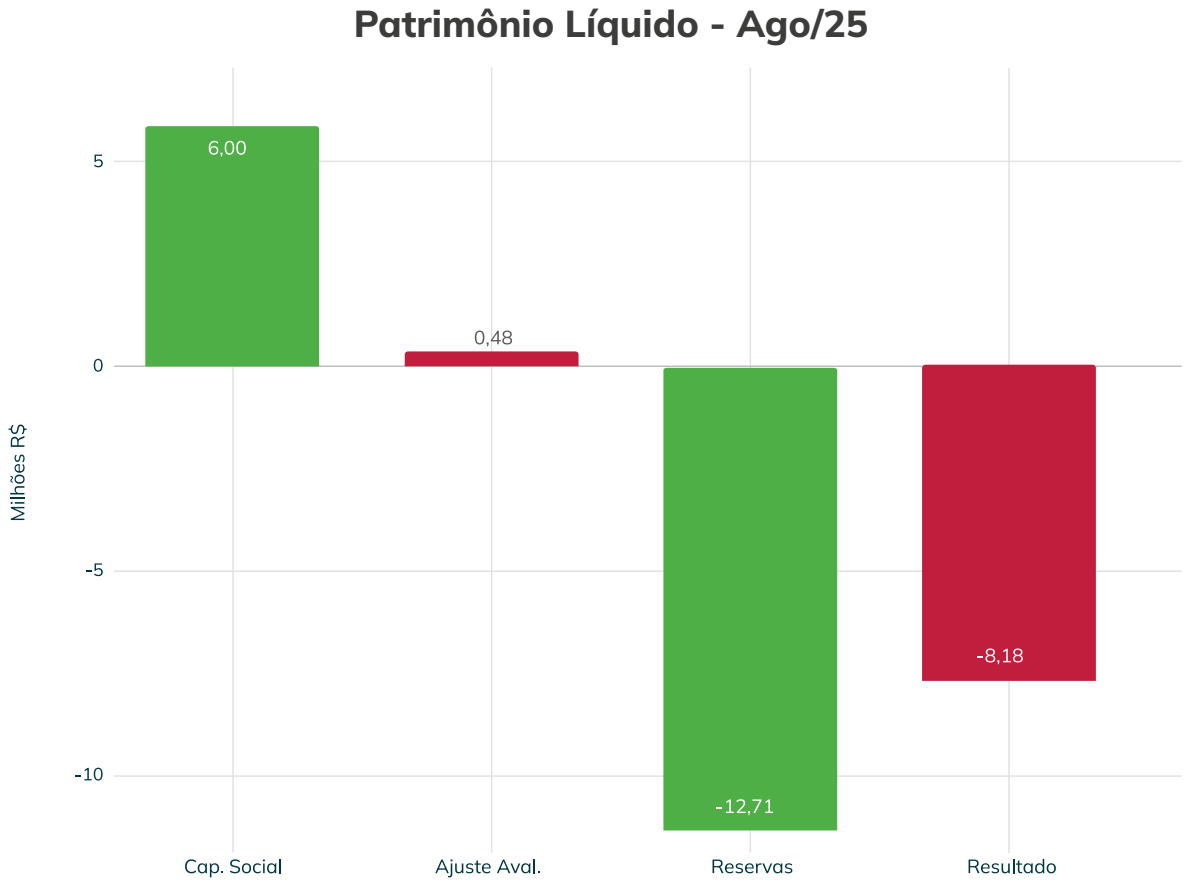


Patrimônio Líquido

Composição:

- Capital Social: R$ 6.000.000,00;
- Ajuste de Avaliação Patrimonial: R$ 485.350,22;
- Reservas de Lucros: R$ - 12.711.188,99;
- Resultado do exercício: R$ - 8.179.917,38.

A seguir gráfico abaixo com o patrimônio líquido:



Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Análise Financeira

• O passivo circulante está muito elevado, principalmente com fornecedores e financiamentos, levantando alerta para o risco de liquidez. Em geral, passivo circulante elevado pode indicar alta dependência de crédito de fornecedores e bancos, baixa autonomia financeira e potencial vulnerabilidade frente a oscilações de vendas ou elevação de custos financeiros.

• O passivo não circulante mostra parte da dívida estruturada (refinanciada), diluindo obrigações e aliviando o fluxo de caixa de curto prazo, mas gerando acréscimos expressivos de encargos futuros.

• A proporção de financiamentos (cerca de 58% do passivo de curto prazo) revela endividamento operacional significativo — há relevante fração do capital de giro financiada por terceiros.

• Os impostos parcelados expressam dívida tributária parcelada em programas estaduais e federais, comum no momento de recuperação judicial, mas que compromete a flexibilidade de investimento do negócio.

• O património líquido da empresa é fortemente negativo, resultado de uma conjunção de prejuízos recorrentes e liquidação das reservas acumuladas. Capital social (R$ 6 milhões), e ajuste de avaliação patrimonial (R$ 0,49 milhão) são insuficientes para compensar o peso de reservas de lucros (R$ -12,71 milhões) e o resultado do exercício (R$ - 8,18 milhões), compondo um patrimônio líquido total negativo superior a R$ 14 milhões.

Análise Econômica

• Na prática, a empresa permanece em desequilíbrio estrutural. A continuidade das operações depende direta ou indiretamente **da renegociação das dívidas** e do sucesso das estratégias de recuperação.

• O cenário limitando drasticamente o acesso ao crédito pode inviabilizar novas parcerias e colocar restrições até mesmo a contratos de fornecimento de materiais primários e exportações.

• Sem ação corretiva urgente e resultados operacionais futuros firmemente positivos, a empresa corre o risco de exclusão ainda maior, exigindo, no limite, **risco de insolvência definitiva.**

Resumo

Os resultados evidenciam uma conjuntura econômico-financeira desafiadora, marcada por descapitalização, elevada dependência de recursos de terceiros e patrimônio líquido negativo. Tal contexto demanda cuidadosa atenção à recomposição de capital, rigor na gestão operacional e a adoção de medidas consistentes de reestruturação financeira, com vistas à preservação da atividade empresarial e ao atendimento dos objetivos legais da recuperação.

10 Análise Geral do DRE

A análise financeira e econômica do DRE, mostra que a estrutura operacional da empresa é insustentável no cenário atual, com prejuízo recorrente consumindo todas as reservas e colocando o patrimônio líquido em posição substancialmente negativa.

Análise Financeira Detalhada	• Receita operacional líquida: (R$ 78 milhões), aponta que existe mercado, vendas e geração de caixa bruta significativa. • Custo dos produtos/serviços: (R$ 51 milhões), indica absorção da maior parte da receita pela produção e insumos, o que restringe severamente a margem de contribuição. • Despesas administrativas e comerciais: Estrutura robusta e rígida, consumindo mais de R$ 10 milhões, o que impede a manutenção de resultado estável. Não existe flexibilidade para absorver oscilações. • Despesas financeiras: Quase R$ 17 milhões, criadas por endividamento elevado, juros e encargos bancários, ficam maiores que qualquer folga operacional ou receita extra obtida. • Outras receitas e receitas financeiras: Entradas extraordinárias ajudam pouco, pois não mudam o quadro principal de déficit de caixa recorrente.
Diagnóstico Econômico	• O modelo industrial é incapaz de converter escala e vendas em lucro, pois todo o ganho é tragado por custos de produção, estrutura, ineficiências administrativas e despesas financeiras. • A empresa demonstra profundas falhas estratégicas: não existe capacidade de ajuste rápido para períodos de demanda menor, e o endividamento elevado gera círculo vicioso de prejuízo, levando à contínua descapitalização.

Diagnóstico Econômico	• A situação bloqueia investimentos produtivos, reduz barganha com fornecedores e bancos e cria atratividade negativa para novos aportes de capital, tornando a empresa extremamente vulnerável a choques de mercado e ciclos econômicos. • O patrimônio líquido se deteriora mês a mês em função do prejuízo operacional: toda “folga” de capital é rapidamente eliminada, restando apenas o capital inicial e reavaliação patrimonial como saldo positivo residual.

Conclusão

O DRE revela empresa que mantém operações volumosas, mas sem capacidade efetiva de transformar vendas em riqueza, minada por estrutura de custos obsoleta, endividamento elevado e baixa capacidade de ajustes. A continuidade depende de mudanças radicais em processos, renegociação da dívida e busca urgente por eficiência na produção, vendas e administração ou enfrentará rapidamente crise de solvência e liquidez.

11 Passivo Tributário

A análise detalhada dos passivos tributários revela uma estrutura altamente comprometida por múltiplos parcelamentos de ICMS notificado, todos em regime de Recuperação Judicial e distribuídos ao longo de prazos extensos, com valores relevantes em principal, multas e juros.

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Estado de Santa Catarina)

Parcelamento 251100182396:

- Valor total parcelado: R$ 3.439.466,65;
- Composição:
Imposto: R$ 1.309.481,66 -
Multa: R$ 1.266.298,00 -
Juros: R$ 863.686,99;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Abril/2025 até Março/2032;

Situação: Quitação até agosto, todas parcelas vencidas e próximas já provisionadas; valores das futuras parcelas com acréscimos de juros embutidos (cerca de 28% do valor mensal é juro ou multa).

Parcelamento 251100343110:

- Valor total parcelado: R$ 599.734,44;
- Composição:
Imposto: R$ 253.057,95 -
Multa: R$ 189.793,36 -
Juros: R$ 156.883,13;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Primeira parcela já quitada; saldo das futuras parcelas tem proporção significativa de encargos financeiros, totalizando em média R$ 7.139,69 parcela/mês (42% do valor corresponde a multas e juros).

Parcelamento 241100396429

- Valor total parcelado: R$ 641.198,59;
- Composição:
Imposto: R$ 304.845,08 -
Multa: R$ 228.633,80 -
Juros: R$ 107.719,71;
- Parcelas: 60 mensais;
- Vencimentos: Jul/2024 a Jun/2029

Situação: Parcelas quitadas até agosto/2025; a partir de setembro, todos os valores mensais apresentados com vencimentos estáveis e acréscimos proporcionais de multa/juros, sempre totalizando cerca de R$ 11.825,62 por parcela em atraso.

Parcelamento 251100182400

- Valor total parcelado: R$ 104.854,42;
- Composição:
Somente Multa: R$ 91.704,06 -
Juros: R$ 13.150,36;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Parcela padrão de R$ 1.248,27 a vencer, composta inteiramente por encargos (multa/juros); esse caso foi originado por notificação sem principal de imposto, destacando autuações isoladas do fisco.

Situação Operacional e Risco	• A soma dos passivos tributários parcelados apenas de ICMS supera R$ 4,8 milhões, dos quais mais de R$ 2,1 milhões são encargos (multa/juros). • Todos os parcelamentos estão em situação ativa, sem parcelas em atraso, o que preserva o Certificado de Regularidade Fiscal nos próximos meses — mas o compromisso de liquidação até 2032 compromete caixa e capacidade de investimento da empresa. • O custo futuro do passivo tributário crescerá se houver reajustes de juros/multa, novas autuações ou atrasos nas próximas parcelas.
Implicações Financeiras	• O pagamento mensal dos parcelamentos, que pode ultrapassar R$ 70 mil considerando todos os acordos, compromete fluxo operacional e limita a capacidade de recomposição de capital de giro. • Multas e juros acumulados evidenciam práticas fiscais problemáticas no passado, obrigando revisão de processos internos para evitar novas notificações e autuações.
Recomendação Estratégica	• É fundamental manter disciplina absoluta no pagamento das parcelas, buscar abatimento de encargos via negociação judicial/fiscal, e adotar controles internos rigorosos para reduzir risco de autuações futuras. • A gestão tributária proativa e preventiva permitirá que, ao fim dos parcelamentos, a empresa recupere margem financeira e reputação fiscal junto ao mercado e órgãos públicos.

O passivo tributário detalhado, portanto, consiste em comprometimento de receita futura via parcelamentos longos, alto custo de encargos, risco fiscal permanente e dependência de gestão ativa para evitar agravamento do quadro financeiro global.

A empresa possui passivos tributários de alto risco e impacto operacional, distribuídos majoritariamente entre parcelamentos de ICMS em regime de recuperação judicial, que se prolongam até 2032. Os anexos mostram vários acordos ativos, cada qual detalhado em valor principal, multa e juros, com parcelas mensais rigorosas e cobrança de encargos que chegam a representar mais de 40% dos montantes mensais em alguns casos.

Detalhamento dos Principais Passivos Tributários

• Parcelamento ICMS 251100182396: Valor total parcelado R$ 3.439.466,65. Do total, R$ 1.309.481,66 de imposto principal, R$ 1.266.298,00 de multas e R$ 863.686,99 de juros. Parcelamento em 84 vezes (abr/2025 a mar/2032), com parcela mensal em torno de R$ 40.946, sempre atualizada com nova fração de juros.

Todas as parcelas em 2025 foram quitadas, próximas já calculadas com acréscimos.

• Parcelamento ICMS 251100343110: Valor total parcelado R$ 599.734,44, sendo cerca de R$ 253.057,95 de imposto, R$ 189.793,36 de multa e R$ 156.883,13 de juros. Cobrança mensal de R$ 7.139, proporcional a 42% do valor em encargos.

Situação ativa, sem parcelas em atraso.

• Parcelamento ICMS 241100396429: Valor total parcelado R$ 641.198,59, com R$ 304.845,08 de imposto, R$ 228.633,80 de multa e R$ 107.719,71 de juros. Parcelamento em 60 vezes.

• Parcelamento ICMS 251100182400: Valor total parcelado R$ 104.854,42, sendo apenas R$ 91.704,06 de multa e R$ 13.150,36 de juros, originado por notificação sem imposto principal.

Quadro Resumo

PARCELAMENTO	VALOR TOTAL	COMPOSIÇÃO	PARCELAS	PRAZO	SITUAÇÃO OPERACIONAL
251100182396 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 3.439.466,65	R$ 1.309.481,66 / R$ 1.266.298,00 / R$ 863.686,99	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até ago/2025. Futuras incidindo acréscimos. Cerca de 28% de encargos por parcela.**
251100343110 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 599.734,44	R$ 253.057,95 / R$ 189.793,36 / R$ 156.883,13	84 mensais	2025–2032	**Primeira parcela quitada, demais vencendo. Encargos representam até 42% do valor mensal.**
241100396429 (ICMS/Fora do Prazo)	R$ 641.198,59	R$ 304.845,08 / R$ 228.633,80 / R$ 107.719,71	60 mensais	2024–2029	**Todas parcelas quitadas até ago/2025, próximas ajustadas com acréscimos.**
251100182400 (ICMS/Multa e Juros)	R$ 104.854,42	R$ 0,00 / R$ 91.704,06 / R$ 13.150,36	84 mensais	2025–2032	**Parcela padrão de R$ 1.248,27, toda composta por multa e juros. Acordo originado sem imposto principal.**

Diagnóstico Operacional

- Os parcelamentos totalizam mais de R$ 4,8 milhões, dos quais mais de metade corresponde a multas e juros — um indicativo de problemas fiscais e autuações do passado.
- O valor mensal comprometido com passivos tributários ultrapassa R$ 70 mil, pressionando fortemente o fluxo de caixa e dificultando recomposição de capital, renegociação bancária e implementação de novos projetos.

Até o momento, não há parcelas em atraso, o que mantém a regularidade fiscal e protege a empresa de sanções adicionais, mas as obrigações futuras são pesadas e não permitem margem para atrasos ou renegociações.

Implicações e Riscos	• O alto custo financeiro dos parcelamentos fiscais reduz sensivelmente a competitividade e capacidade de investimento da empresa. • A dependência de acordos fiscais prolongados amplia o risco de desequilíbrio operacional caso falte liquidez ou novas autuações surjam. • As multas e os juros embutidos comprovam necessidade de revisão profunda na escrituração e processos fiscais, além de fortalecer controles internos para evitar reincidência. • O comprometimento até 2032 faz com que parte relevante da receita futura esteja bloqueada para liquidação de dívidas passadas, comprometendo planejamento estratégico e capacidade de reação frente ao mercado.

A gestão deste perfil de passivo tributário exige controle rigoroso, disciplina operacional e busca sistemática por redução de encargos, além de transparência fiscal para preservação de reputação junto ao fisco, bancos e parceiros comerciais.

12. Passivo Extraconcursal

Os passivos extraconcursais da empresa correspondem às dívidas e obrigações não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, e representam compromissos essenciais e impeditivos à continuidade operacional, impactando diretamente liquidez e solvência.

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Fontes Principais (Agosto de 2025)

- Bancos nacionais e estrangeiros: Diversos contratos de ACC, FINAME, AF e instrumentos de crédito, incluindo saldos em reais e dólares, em destaque para Banco do Brasil, Caixa, Santander, Itaú, Banrisul, Daycoval, Safra, Sofisa, Luso Brasileiro, Unicred.

- Moeda estrangeira: Grande volume de obrigações em dólares, proveniente de ACCs e instrumentos de financiamento da exportação, elevando risco cambial e pressão sobre caixa em caso de variação do câmbio.

- Cooperativas de crédito: Contratos de longo prazo envolvendo capital de giro e financiamento para operações produtivas e renovação de parque fabril.

Valores Principais

Total em reais: R$ 5.645.234,98 (principal, destinação comercial, agrícola, industrial, crédito consignado, financiamentos).

Total em dólares: USD 8.147.679,63 (grande parte em ACC e instrumentos de giro para exportação, sujeitos a oscilações cambiais até 2026).

Vencimentos: Grande parte das obrigações tem vencimentos que se estendem até 2026–2030, com destaque para títulos longos das cooperativas e bancos; parte relevante dos contratos de ACC vencendo ainda em 2025 e outros programas em até 16 meses.

RECUPERE

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Diagnóstico Operacional e Financeiro

• Comprometimento do caixa: Passivos extraconcursais demandam prioridade de pagamento, pois caso inadimplidos, podem gerar bloqueios de contas bancárias, protestos, ações de execução e riscos imediatos à atividade produtiva.

• Risco cambial: A concentração em dívida dolarizada amplia volatilidade das despesas financeiras, podendo dobrar de tamanho em movimentos adversos do câmbio.

• Limitação de renegociação: Diferentemente dos passivos concursais, não são sujeitos a plano ou suspensões do processo de recuperação judicial, o que obriga renegociações pontuais diretamente com cada credor.

Pontos Críticos

• Contas com bancos: Diversos valores em aberto com vencimento imediato (ACC, AF) pressionam capacidade de rolagem e custo do capital.

• Cooperativas e Finame: Financiamentos de parque produtivo exigem amortização regular, com risco de execução em caso de descumprimento contratual.

• Exigibilidade direta: Em caso de inadimplência qualquer credor extraconcursal pode acionar meios judiciais de cobrança sem necessidade de aguardar tramitação da recuperação, aumentando severidade da exposição financeira.

Implicações Estratégicas

• A manutenção do pagamento dos passivos extraconcursais é essencial para manter fluxo operacional, preservar acesso ao crédito, evitar bloqueios e garantir suprimentos para continuidade da produção.

• O monitoramento intensivo dessas obrigações, com controle de vencimentos e hedge de câmbio, é fator crítico para sucesso e para evitar agravamento do risco de insolvência operacional.

Resumo

CATEGORIA	CREDOR / INSTRUMENTO	MOEDA	VALOR	VENCIMENTOS	RISCO / OBSERVAÇÃO
Bancos nacionais	BB, Banrisul, Safra, Daycoval	Real	R$ 5.645.234	2025–2030	ACC, FINAME, AF, limites de rolagem imediata
Bancos estrangeiros	BB, Santander, Sofisa, Luso	Dólar	USD 8.147.679	2025–2026	Grande exposição cambial e vencimentos curtos
Cooperativas de crédito	Unicred	Real	R$ 3.316.281	2030	Contratos de giro produtivo e financiamento
Dívida comercial/ACC	Diversos (COMEX, exportação)	Dólar	USD 5.898.985	2025/2026	Exigibilidade direta, risco de protesto

Pontos Críticos

- Pagamentos extraconcursais têm prioridade e não são abarcados pelo plano de recuperação judicial.
- Risco elevado de execução, bloqueio e protesto em caso de inadimplência.
- Dívida relevante em moeda estrangeira eleva volatilidade dos desembolsos.
- Amplo comprometimento do caixa e necessidade de controle de vencimentos e câmbio.

A situação exige disciplina máxima de pagamento e gestão ativa do fluxo financeiro para evitar bloqueios e preservar a continuidade operacional da empresa

13 Débitos Fiscais

Resumo Executivo (onde a empresa está hoje)

Status cadastral:

Empresa ATIVA e em Recuperação Judicial.

Certidão fiscal:

Há Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) emitida em 20/08/2025, válida até 16/02/2026 — indica a existência de débitos com exigibilidade suspensa (por parcelamento, garantia, discussão administrativa/judicial, etc.), o que equivale a regularidade para diversos fins enquanto perdurarem as condições de suspensão. Atenção: se qualquer suspensão cair (ex.: inadimplência em parcela), a CPEN pode deixar de ser emitida.

Contencioso administrativo (RFB/

Há processos de ofício/de constituição ativos (devedor), processos com exigibilidade suspensa e processos de crédito em julgamento. Implica exposição fiscal relevante e potenciais impactos (a depender dos desfechos).

Parcelamentos com exigibilidade suspensa (RFB – SIEFPAR):

6 acordos listados, somando R$ 2.385.216,78 de valor suspenso (ver detalhamento). Manter adimplência estrita é crítico.

Dívida Ativa/PGFN:

Existem inscrições ativas (SIDA) ajuizadas e negociadas no SISPAR, com exigibilidade suspensa. Há ainda pendências de transação por adesão (PGDAU n. 11/2025) — modalidades previdenciárias para RJ (até 60 meses) e RJ/demais (até 120 meses), com redução até 70% conforme o edital — confirmar adesão/consolidação.

Diagnóstico sintético	a empresa está regular por CPEN graças a um arcabouço de suspensões (parcelamentos/contencioso/negociações).

O risco operacional central é não cumprir rigorosamente esses instrumentos; o risco jurídico está nos processos em curso (que podem gerar exigibilidades futuras).

14

Receita Federal (RFB) – SIEF e Processos

Pendência – Processo Fiscal (SIEF)

Constam processos marcados como “DEVEDOR” (ou seja, com crédito tributário constituído/exigível, salvo eventuais suspensões específicas). A localização indica áreas de cobrança/fiscalização. Isso exige acompanhamento de prazos e eventuais garantias para evitar constrições.

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF)

Há processos em que a exigibilidade está suspensa por:

- Revisão de lançamento (SUSPENSO-REVISÃO);
- Medida judicial (SUSPENSO-MEDIDA JUDICIAL, com validade de análise mencionada);
- Recursos administrativos (ex.: “DEVEDOR – EM JULGAMENTO RECURSO (CRÉDITO)”), inclusive com “processos de crédito” vinculados — estes podem representar pleitos de compensação/restituição aguardando decisão, com potencial ativo fiscal caso favoráveis. Risco/Oportunidade: se improcedentes, aumentam o passivo; se procedentes, geram crédito ou extinguem débitos.

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa)

O relatório lista seis parcelamentos com respectivos valores suspensos:

00090821200057541542145 – R$ 165.163,04 (Simplificado/Ordinário);
00090821200218041222126 – R$ 80.311,07 (Simplificado/Ordinário);
00090821200245525322130 – R$ 51.370,78 (Simplificado/Ordinário);
02110001200783239752454 – R$ 335.937,50 (Simplificado);
02110001200852173652492 – R$ 336.951,10 (Simplificado);
02460001100002486342406 – R$ 1.415.483,29.

Total: R$ 2.385.216,78 (exigibilidade suspensa enquanto o acordo estiver adimplente).

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa

Há inscrições em Dívida Ativa (diversas contribuições – empregador, SEBRAE, SENAI, SESI, Salário-Educação, INCRA, RAT) com situação: ATIVA / AJUIZADA / NEGOCIADA NO SISPAR e exigibilidade suspensa por negociação (vinculadas ao processo 19414.436.392/2022-21). Implica cumprimento estrito do acordo (SISPAR), sob pena de retomada de cobrança/execução.

Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025

O relatório aponta contas relacionadas a Transação por Adesão (PGDAU n. 11/2025), com modalidades previdenciárias específicas para empresas em RJ (até 60 meses) e demais em RJ (até 120 meses), ambas com redução até 70% (conforme o edital). Recomendações:

- **Confirmar adesão efetiva (status, valor consolidado, desconto aplicado, garantias).**
- **Verificar prazos (adesão/consolidação/pagamento de entrada).**
- **Alinhar fluxo de caixa ao cronograma, pois inadimplência pode romper benefícios.**

Certidão fiscal — Leitura e Implicações Práticas

A CPEN vigente (20/08/2025 16/02/2026) indica que, apesar de existirem débitos, TODOS os que impactam a certidão estão com exigibilidade suspensa (por parcelamento, judicial, garantia, etc.). Isso equivale a regularidade enquanto as condições forem mantidas. Implicação:

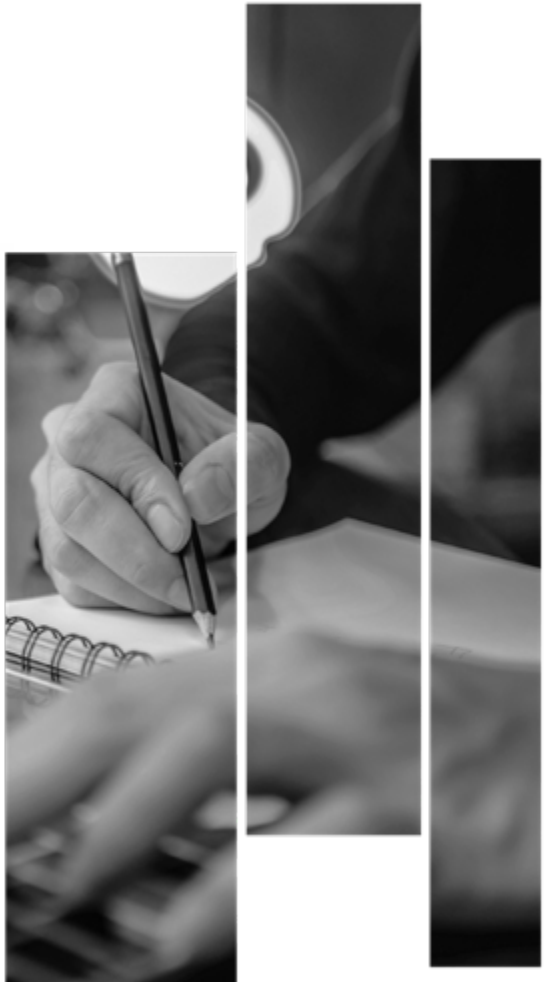
- **É viável apresentar a CPEN em exigências de regularidade (licitações, contratos, bancos) durante a validade;**
- **Risco: qualquer rompimento (ex.: atraso em parcela de SIEFPAR/SISPAR, decisão desfavorável em SIEF sem nova suspensão) pode impedir nova emissão/renovação. Planejar renovações com antecedência (jan/2026).**

Conclusão

A empresa está regular por CPEN até 16/02/2026, sustentada por um conjunto de suspensões (parcelamentos RFB/PGFN, contencioso e transações em curso). O núcleo de risco está na manutenção da adimplência e no desfecho dos processos. Priorizar compliance de prazos, consolidação robusta das transações (PGDAU 11/2025) e gestão ativa do contencioso é essencial para preservar a regularidade e reduzir o custo fiscal no médio prazo.

Se quiser, organizo essa fotografia fiscal em planilha controlada (abas: SIEF, SIEFPAR, SIDA/SISPAR, CPEN, calendário de vencimentos) com semaforização automática para você acompanhar mês a mês.

15 Considerações Finais



A análise deste Relatório Mensal de Atividades evidencia que a **Indústria de Móveis Três Irmãos S.A**. se mantém em operação regular, preservando sua capacidade produtiva e comercial, ainda que inserida em um cenário econômico-financeiro desafiador.

Verifica-se que, ao longo do período, a empresa concentrou esforços em manter a estabilidade operacional, reduzindo custos e ajustando o quadro de pessoal para adequar-se à realidade financeira e ao ritmo de produção. A matriz em **Campo Alegre/SC** consolida-se como principal polo produtivo, apresentando ganhos de escala, eficiência e geração de caixa, ao passo que a unidade de **Caçador/SC** demanda reavaliação estratégica diante da expressiva redução de atividade.

O **faturamento mensal médio** demonstra desempenho relevante, sustentado majoritariamente pelas exportações, que representam mais de 96% da receita total. Ainda que esse perfil garanta ingresso de divisas e robustez operacional, revela-se necessária a diversificação comercial, com ampliação gradual da presença no mercado interno, mitigando a exposição a riscos cambiais e variações internacionais.

No campo financeiro, observou-se **estrutura patrimonial equilibrada em ativos produtivos,** com predominância do ativo circulante, o que reforça a liquidez de curto prazo. Todavia, o passivo circulante elevado, composto em grande parte por financiamentos e fornecedores, evidencia dependência de capital de terceiros, impactando diretamente o custo financeiro e a margem operacional.

O **patrimônio líquido negativo** reflete os prejuízos acumulados e a descapitalização progressiva, sendo imprescindível a adoção de medidas concretas de recomposição de capital e reestruturação financeira. A continuidade das operações, nesse contexto, depende do sucesso nas renegociações de passivos e da implementação de políticas internas de eficiência e austeridade.

Os **passivos tributários e extraconcursais** seguem sob controle, com parcelamentos ativos e adimplentes, garantindo a manutenção da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), válida até fevereiro de 2026. Ressalta-se, contudo, que a regularidade fiscal e o cumprimento rigoroso dos parcelamentos são condições indispensáveis para a preservação da regularidade cadastral e da credibilidade perante o mercado.

Diante do exposto, conclui-se que a Recuperanda demonstra comprometimento com a transparência e com o cumprimento das obrigações legais e operacionais. A empresa permanece em fase de ajustes e racionalização, necessitando **disciplina financeira, foco na eficiência produtiva e continuidade das medidas de reestruturação,** a fim de restaurar o equilíbrio econômico e atender aos propósitos da recuperação judicial, nos termos do artigo 47 da Lei n. 11.101 de 2005.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Colon, nº 1200 | Bairro Gloria | Joinville-SC
contato@recupereadmjudicial.com.br